**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 20ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 20ª Reunião realizada em 14 de junho de 2012, às dez horas e vinte minutos, na sala 03, Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES); Marta Suplicy (PT/SP); Ana Amélia (PP/RR); Maria do Carmo Alves (DEM/SE); Lídice da Mata (PSB/BA);** dos Senhores Senadores: **Sérgio Souza (PMDB/PR) e Humberto Costa (PT/PE);** e das Senhoras Deputadas: **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO); Gorete Pereira (PR/CE); Keiko Ota (PSB/SP); Carmem Zanotto (PPS/SC); Nilda Gondim (PMDB/PB); Bruna Furlan (PSBD/SP); Flávia Morais (PDT/GO) e Rosane Ferreira (PV/PR)** e dos Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR) e Eduardo Azeredo (PSDB/MG).** Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Ângela Portela (PT/RR) e Lúcia Vânia (PSDB/GO);** eo Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE);** as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO); Teresa Surita (PMDB/RR); Rebecca Garcia (PP/AM); Sueli Vidigal (PDT/ES) e Célia Rocha (PTB/AL).**

Na oportunidade foi realizada reunião administração com a aprovação dos seguintes requerimentos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 551/12 | Requer seja convidada a Senhora Ana Cristina Melo Santiago, Delegada-Chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM do Distrito Federal, para informar sobre as ações do Poder Público, no que concerne a atuação policial, na repressão aos crimes praticados contra a mulher e na proteção às mulheres. | **Deputada Sueli Vidigal** |
| 552/12 | Requer seja realizada Audiência Pública no Estado de Tocantins. | **Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende** |
| 553/12 | Requer seja convidada a Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Sra. Maria Tereza Uille Gomes. | **Deputado Dr. Rosinha** |
| 554/12 | Requer seja convidado o Procurador-Geral de Justiça do Paraná, Dr. Gilberto Giacoia, para a Audiência Pública nas dependências da Assembleia Legislativa do Paraná. | **Deputado Dr. Rosinha** |
| 555/12 | Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Miguel Kfouri Neto, para a Audiência Pública nas dependências da Assembleia Legislativa do Paraná. | **Deputado Dr. Rosinha** |
| 556/12 | Requer sejam convidadas para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, as senhoras:   * Elza Maria Campos, União Brasileira de Mulheres; * Daraci Rosa dos Santos, Marcha Mundial de Mulheres; * Heliana Hemérito dos Santos, Rede de Mulheres Negras – CANDACES; * Nitiananda Falvo Fuganti, Movimento contra a Violência Obstétrica. | **Deputado Dr. Rosinha** |
| 557/12 | Requer seja convidada para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, a Presidente da Comissão da Mulher da OAB/PR, Dra. Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski. | **Deputado Dr. Rosinha** |
| 558/12 | Requer sejam convidados para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, os(as) senhores(as):   * Michele Caputo Neto, Secretário de Saúde do Estado do Paraná; * Fernanda Bernardi Vieira Richa, Secretária da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná; * Reinaldo de Almeida César, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná. | **Deputada Rosane Ferreira** |
| 559/12 | Requer sejam convidadas para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, as senhoras:   * Elza Maria Campos, Coordenadora da União Brasileira de Mulheres; * Daraci Rosa dos Santos, Marcha Mundial de Mulheres; * Nitiananda Falvo Fuganti, Movimento contra a Violência Obstétrica; * Heliana Hemérito dos Santos, Rede de Mulheres Negras – CANDACES. | **Deputada Rosane Ferreira** |
| 560/12 | Requer sejam convidados para participar da Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no Paraná, a Sra. Maria Tereza Uille Gomes, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; a Sra. Rose Litro, Deputada Estadual pelo Estado do Paraná; o Desembargador Miguel Kfouri Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. | **Deputada Rosane Ferreira** |
| 561/12 | Requer ao Supremo Tribunal Federal informações sobre o julgamento do Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 103.078. | **Senadora Ana Rita** |
| 562/12 | Solicita a inclusão do Processo Criminal nº 0018410-66.1997.8.17.0001, em curso na 1ª Vara do Júri da Comarca de Recife, no Programa Justiça Plena da Corregedoria Nacional de Justiça, para que seja monitorado o andamento do referido processo até o seu julgamento pelo Tribunal do Júri. | **Senadora Ana Rita** |
| 563/12 | Requer seja convidado o Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Claret Campos Filho, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 564/12 | Requer seja convidado o Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro, Nilson Bruno Filho, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações da Defensoria para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 565/12 | Requer seja convidado o Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Soares Lopes, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações do Ministério Público para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 566/12 | Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 567/12 | Requer seja convidado o Secretário de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, César Rubens Monteiro de Carvalho, para responder a questionamentos a respeito da situação dos presídios femininos no estado e a prestação do atendimento às mulheres apenadas. | **Senadora Ana Rita** |
| 568/12 | Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Rio de Janeiro e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 569/12 | Requer seja convidado o Defensor Público Geral do Estado do Amapá, Ivanci Magno de Oliveira, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Amapá e as ações da Defensoria para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 570/12 | Requer seja convidado o Secretário de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba, Washington França, para responder a questionamentos a respeito da situação dos presídios femininos no estado e a prestação do atendimento às mulheres apenadas. | **Senadora Ana Rita** |
| 571/12 | Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres/BA, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA. | **Senadora Ana Rita** |
| 572/12 | Requer seja convidada representante da Articulação Brasileira de Mulheres/BA, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA. | **Senadora Ana Rita** |
| 573/12 | Requer seja convidada representante da Rede Nacional Feminista de Saúde/BA, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA. | **Senadora Ana Rita** |
| 574/12 | Requer seja convidada representante do Coletivo Feminista Marias, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA. | **Senadora Ana Rita** |
| 575/12 | Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres/BA, para discutir a violência contra mulheres no estado da Bahia, em reunião a realizar-se na cidade de Salvador/BA. | **Senadora Ana Rita** |
| 576/12 | Requer seja convidada representante do Fórum Estadual de Mulheres Negras/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ. | **Senadora Ana Rita** |
| 577/12 | Requer seja convidada representante do Fórum de Combate à Violência contra a Mulher/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ. | **Senadora Ana Rita** |
| 578/12 | Requer seja convidada representante do Fórum de Permanente de Mulheres do Rio de Janeiro e Mulheres Integrados, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ. | **Senadora Ana Rita** |
| 579/12 | Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ. | **Senadora Ana Rita** |
| 580/12 | Requer seja convidada representante da Rede Nacional Feminista de Saúde/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ. | **Senadora Ana Rita** |
| 581/12 | Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres/RJ, para discutir a violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em reunião a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ. | **Senadora Ana Rita** |
| 582/12 | Requer seja convidada representante da Secretaria de Mulheres da CUT-PB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB. | **Senadora Ana Rita** |
| 583/12 | Requer seja convidada representante do Fórum de Mulheres da UFPB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB. | **Senadora Ana Rita** |
| 584/12 | Requer seja convidada representante da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB. | **Senadora Ana Rita** |
| 585/12 | Requer seja convidada representante do Fórum de Mulheres da Paraíba, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB. | **Senadora Ana Rita** |
| 586/12 | Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres/PB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB. | **Senadora Ana Rita** |
| 587/12 | Requer seja convidada representante da Rede Nacional Feminista de Saúde/PB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB. | **Senadora Ana Rita** |
| 588/12 | Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres/PB, para discutir a violência contra mulheres no estado da Paraíba, em reunião a realizar-se na cidade de João Pessoa/PB. | **Senadora Ana Rita** |
| 589/12 | Requer seja convidada a Sra. Josiane Fruet Bettini Lupion, Defensora Pública do Estado do Paraná, para participar de Audiência Pública a ser realizada na cidade de Curitiba/PR. | **Senadora Ana Rita** |
| 590/12 | Requer seja convidado o Secretário de Estado Chefe de Gabinete do Governador do Estado do Ceará, Danilo Serpa, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 591/12 | Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Ceará, Arruda Bastos, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 592/12 | Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Francisco José Bezerra Rodrigues, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 593/12 | Requer seja convidado o Procurador Geral de Justiça do Estado do Ceará, Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações do Ministério Público para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 594/12 | Requer seja convidada a Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, Andréa Coelho, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da Defensoria para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 595/12 | Requer seja convidada a Secretária de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, Mariana Lobo Botelho Albuquerque, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Ceará e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 596/12 | Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Rio de Janeiro e apresentar as ações do Poder Judiciário Estadual para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 597/12 | Requer seja convidado o Secretário de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Osmar Domingues Jeronymo, para responder a questionamentos a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 598/12 | Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres/MS, para discutir a violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se em Campo Grande/MS. | **Senadora Ana Rita** |
| 599/12 | Requer seja convidada representante do Coletivo de Mulheres Negras/MS, para discutir a violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se em Campo Grande/MS. | **Senadora Ana Rita** |
| 600/12 | Requer seja convidada representante Articulação de Mulheres/MS, para discutir a violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se em Campo Grande/MS. | **Senadora Ana Rita** |
| 601/12 | Requer seja convidada representante do Comitê Estadual em Defesa da Lei Maria da Penha/MS, para discutir a violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se em Campo Grande/MS. | **Senadora Ana Rita** |
| 602/12 | Requer seja convidada representante do Fórum Cearense de Mulheres, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE. | **Senadora Ana Rita** |
| 603/12 | Requer seja convidada representante da Associação dos Parentes e Amigos de Vítimas de Violência, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE. | **Senadora Ana Rita** |
| 604/12 | Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres/CE, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE. | **Senadora Ana Rita** |
| 605/12 | Requer seja convidada representante da Articulação de Mulheres Brasileiras/CE, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE. | **Senadora Ana Rita** |
| 606/12 | Requer seja convidada representante da Rede Nacional Feminista de Saúde/CE, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Ceará, em reunião a realizar-se na cidade de Fortaleza/CE. | **Senadora Ana Rita** |
| 607/12 | Requer seja convidada representante da Associação de Mulheres Indígenas de Oiapoque, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Amapá, em reunião a realizar-se na cidade de Macapá/AP. | **Senadora Ana Rita** |
| 608/12 | Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres do Amapá, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Amapá, em reunião a realizar-se na cidade de Macapá/AP. | **Senadora Ana Rita** |
| 609/12 | Requer seja convidada representante da Articulação de Mulheres do Amapá, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Amapá, em reunião a realizar-se na cidade de Macapá/AP. | **Senadora Ana Rita** |
| 610/12 | Requer seja convidada representante do Instituto de Mulheres Negras do Amapá, para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Amapá, em reunião a realizar-se na cidade de Macapá/AP. | **Senadora Ana Rita** |
| 611/12 | Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Desembargador Mário Gurtyev de Queiroz, para responder a questionamentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Amapá e apresentar as ações do Poder Judiciário Estadual para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 612/12 | Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Amapá, Lineu da Silva Fagundes, para responder a questionamentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Amapá e apresentar as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 613/12 | Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá, Marcos Roberto Marques da Silva, para responder a questionamentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Amapá e apresentar as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 614/12 | Requer seja convidado o Secretário Extraordinário dos Povos Indígenas do Estado do Amapá, Coaracy Maciel Gabriel, para responder a questionamentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas no Estado do Amapá e apresentar as ações da pasta para este propósito | **Senadora Ana Rita** |
| 615/12 | Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Paraná:   * Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; * Delegacia de Polícia; * Vara Especializada de Atendimento à Mulher; * Casa Abrigo; * Centro de Referência; * Penitenciária Feminina; * Instituto Médico Legal ou semelhante; * Hospital; * Defensoria Pública. | **Senadora Ana Rita** |
| 616/12 | Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Tocantins:   * Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; * Delegacia de Polícia; * Vara Especializada de Atendimento à Mulher; * Casa Abrigo; * Centro de Referência; * Penitenciária Feminina; * Instituto Médico Legal ou semelhante; * Hospital; * Defensoria Pública. | **Senadora Ana Rita** |
| 617/12 | Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Acre:   * Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; * Delegacia de Polícia; * Vara Especializada de Atendimento à Mulher; * Casa Abrigo; * Centro de Referência; * Penitenciária Feminina; * Instituto Médico Legal ou semelhante; * Hospital; * Defensoria Pública. | **Senadora Ana Rita** |
| 618/12 | Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado de Rondônia:   * Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; * Delegacia de Polícia; * Vara Especializada de Atendimento à Mulher; * Casa Abrigo; * Centro de Referência; * Penitenciária Feminina; * Instituto Médico Legal ou semelhante; * Hospital; * Defensoria Pública. | **Senadora Ana Rita** |
| 619/12 | Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Amazonas:   * Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; * Delegacia de Polícia; * Vara Especializada de Atendimento à Mulher; * Casa Abrigo; * Centro de Referência; * Penitenciária Feminina; * Instituto Médico Legal ou semelhante; * Hospital; * Defensoria Pública. | **Senadora Ana Rita** |
| 620/12 | Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Maranhão:   * Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; * Delegacia de Polícia; * Vara Especializada de Atendimento à Mulher; * Casa Abrigo; * Centro de Referência; * Penitenciária Feminina; * Instituto Médico Legal ou semelhante; * Hospital; * Defensoria Pública. | **Senadora Ana Rita** |
| 621/12 | Requer a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher no Estado do Piauí:   * Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; * Delegacia de Polícia; * Vara Especializada de Atendimento à Mulher; * Casa Abrigo; * Centro de Referência; * Penitenciária Feminina; * Instituto Médico Legal ou semelhante; * Hospital; * Defensoria Pública | **Senadora Ana Rita** |
| 622/12 | Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres do Piauí, para discutir a violência contra mulheres no Estado do Piauí, em reunião a realizar-se na cidade de Teresina/PI. | **Senadora Ana Rita** |
| 623/12 | Requer seja convidada a Presidente do Tribunal de Justiça do estado do Piauí, Desembargadora Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro, para responder a questionamentos desta CPMI sobre a situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações do Poder Judiciário Estadual para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 624/12 | Requer seja convidada a Procuradora Geral de Justiça do estado do Piauí, Zélia Saraiva Lima, para responder a questionamentos desta CPMI sobre a situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 625/12 | Requer seja convidada a Defensora Pública Geral do estado do Piauí, Norma Brandão de Lavanere Dantas, para responder a questionamentos desta CPMI sobre a situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 626/12 | Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Piauí, Ernani Maia, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 627/12 | Requer seja convidado o Secretário de Justiça do Estado do Piauí, João Henrique Ferreira Alencar, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 628/12 | Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí, Robert Rios Magalhães, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Piauí e as ações da pasta para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 629/12 | Requer seja convidada representante do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, para discutir a violência contra mulheres no estado de Mato Grosso do Sul, em reunião a realizar-se na cidade de Campo Grande/MS. | **Senadora Ana Rita** |

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reuniãoda Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011-CN, com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Coloco em votação a Ata da 17ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Nós queríamos dizer que os requerimentos se referem aos convites a todas as autoridades e representantes da sociedade civil das próximas audiências públicas que se realizarão, particularmente no Estado do Paraná, no Estado do Mato Grosso do Sul, no Estado da Bahia, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo. A maioria dos seus convites já está aprovada.

Nós estamos propondo, então, que sejam aprovados em bloco os requerimentos, já que há consenso entre os integrantes da Comissão para a sua aprovação.

Colocamos em votação os Requerimentos de nºs 551 a 629.

Os Srs. Deputados, as Srªs Deputadas, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovados os requerimentos, nós queríamos passar a palavra para a Senadora Ana Rita, para informar a visita que nós fizemos ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, antes, porém, passando a palavra ao Deputado Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Presidente, Deputada Jô Moraes, eu queria só dar uma analisada se não seria o caso de fazermos uma redução, porque o número de pessoas convidadas é muito elevado, senão, nós não vamos conseguir ouvir todas as pessoas.

Não seria o caso de exatamente a Mesa – a Presidente, a Relatora, a Vice-Presidente – tentar fazer contanto, evidentemente, com quem propôs, também, para que nós pudéssemos reduzir um pouco o número de audiências? Porque está muito grande, não é?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Eduardo Azeredo, nosso sempre Senador, nós estamos propondo, e vamos iniciar a coleta de assinaturas, a prorrogação do prazo de audiência pública, porque a pressão dos Estados que ainda não foram visitados é muito grande.

Praticamente todos esses requerimentos se referem não a audiências aqui. Existe apenas uma audiência pública prevista para cá, que já foi aprovada.

Eu queria informar aos integrantes da CPMI que nós já temos uma audiência de visita, já articulada, já prevista, ao Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres, em que nós vamos fazer a discussão e o debate em torno dos maiores desafios que nós temos colhido nas audiências públicas nos Estados.

Nós temos tentado reduzir as autoridades, Deputado. Em geral, o padrão é: nós escutamos o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e, sob o ponto de vista do Executivo, nós escutamos as Secretarias de Segurança Pública ou de Defesa Social, de Justiça, da Saúde, porque tem o programa de notificação compulsória, a Secretaria da Mulher ou gestora do Pacto, e sempre abrimos espaço para as representações das entidades da sociedade civil, num tempo reduzido, único, para elas.

Temos feito o maior esforço, mas nós não conseguimos, porque não há uma articulação, não há uma rede. Então, nós temos de escutar a Defensoria, e, sob o ponto de vista do Executivo, não há um órgão, também, que seja centralizador. É um dos desafios que nós temos.

Então, a prorrogação e o número de requerimentos de convidados... Como para cada um é um requerimento e em cada Estado, praticamente, nós aprovamos em torno de oito a 10 requerimentos, é por isso que dá essa dimensão nesse processo que nós vivemos.

Nós vamos ter esse desafio de fazer uma prorrogação para poder concluir nos Estados, sobretudo naqueles em que o índice é mais elevado. Essa é a nossa preocupação.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Permite-me, Srª Presidenta?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita. Em seguida, o Deputado Rosinha.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Apenas para complementar algumas informações para o Deputado Eduardo Azeredo, esse volume grande também de requerimentos é porque nós estamos nos antecipando e agilizando os requerimentos das audiências que vão acontecer já no segundo semestre.

Então, nós temos uma série de audiências, ainda, para serem feitas, de acordo com o nosso plano de trabalho. Também em função das demandas que chegaram aqui, por parte de parlamentares que desejam que a CPMI vá até os seus Estados, nós estamos aprovando requerimentos de audiências que irão acontecer lá pelo mês de agosto, mês de setembro ainda.

Acho que é importante, também, informar, aproveitar o momento para informar que nas reuniões que nós fizemos, de trabalho, chegamos à conclusão de que é necessário, também, pedir a prorrogação desta Comissão.

Então, nós já estamos colhendo assinaturas dos parlamentares, para que possamos prorrogar o prazo, porque o prazo inicial era para que os trabalhos fossem concluídos no mês de agosto, quando se encerram os 180 dias, mas, diante das demandas e diante da necessidade que nós estamos tendo de ouvir mais Estados e de ouvir, também, outras autoridades, achamos por bem prorrogar por mais um período, para que possamos, num tempo mais ampliado, ouvir as autoridades e os Estados em que ainda não tivemos oportunidade de ir.

Além disso, nós também estamos nos antecipando, porque, nos Estados, são várias as entidades da sociedade civil que se colocam à disposição para serem ouvidas nas audiências públicas. Como não é possível ouvir nenhuma entidade sem que tenhamos requerimento aprovado, então, nós aprovamos os requerimentos para que, ao chegar ao Estado, não tenhamos nenhuma dificuldade para ouvir as entidades.

Então, é um pouco em função disso o volume maior de requerimentos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Rosinha. Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Srª Presidenta e Srª Relatora, acho que, desde o início, eu já tinha feito alguns comentários com alguns membros e algumas outras parlamentares da nossa Comissão de que não daria para nós concluirmos dentro do prazo do requerimento.

Então, para mim, é muito tranquilo saber que tem de prorrogar e é muito tranquilo trabalhar pela coleta de assinaturas, até porque o trabalho que nós nos dispusemos a fazer é diferenciado do de qualquer outra CPMI.

O nosso não é um trabalho centrado, basicamente, dentro do Congresso Nacional, com análise de documentos, de quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal. O nosso é, basicamente, o de ouvir os órgãos públicos, as administrações públicas, principalmente estaduais, podendo até, às vezes, ser ouvido algum Município, dependendo da demanda que chegue, e principalmente ouvir a sociedade. Nós sabemos que, para ouvir a sociedade, somos nós que temos de ir até lá, então, não é centrado aqui, convidando as pessoas.

Então, para mim, é muito tranquila essa proposta de prorrogação e para fazer a defesa dela, faço-o com traquilidade.

Sobre a questão levantada pelo Deputado Azeredo, eu acho que a explicação foi dada e o Deputado até concordou.

Eu estava vendo, aqui, os requerimentos aprovados, agora, para a audiência no Paraná. São cerca de uma dezena, mas repetem, porque foram feitos por dois parlamentares, as mesmas autoridades, então, não prejudicam. *(Pausa.)*

Mais de 10 pessoas serão ouvidas no dia 25, numa única visita que faremos ao Estado. Mesmo que a audiência dure três, quatro, cinco ou mais horas, nós vamos ouvir todos.

Como não são audiências de interrogatório, mas, sim, de obtenção de dados e de informações, elas não se tornam cansativas para os depoentes. Talvez sejam cansativas para os membros da Comissão, que têm de ficar lá, sentados, mas nós temos de ouvir, porque a nossa Comissão tem um objetivo, eu acho, fundamental: fazer a sugestão para a superação da impunidade. Eu acho que esse é o nosso objetivo fundamental.

A impunidade, eu não preciso investigar. Ela está a olhos vistos, nós só temos de procurar ver onde tem maior impunidade, as razões da maior impunidade nessa questão de violência e propor essa superação. Acho que esse é o grande mérito desta CPMI.

A ida ao Paraná, aproveitando, e daí eu encerro...Os movimentos sociais ligados à questão das mulheres conseguiram organizar uma série de reuniões, e eu até participei somente da primeira, propositalmente. Eu não quis continuar indo para as reuniões, para poder, como eu disse, ter toda a liberdade de organização e toda a liberdade de atuação, no sentido de obtenção de dados e de trazer a informação, mas eu sei como estão ocorrendo, porque duas assessoras minhas continuam participando. Assim que terminou a reunião, eu falei com o Presidente da OAB do Paraná, o Dr. Glomb, e ele forneceu uma sala e toda a infraestrutura da OAB para que fossem feitas essas reuniões.

Então, hoje, eu quero aproveitar para agradecer a todas as que têm trabalhado e à Drª Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski, que é uma das que coloquei como convidada e que fala em nome da OAB.

Eu vejo que é muito importante isso, porque a Ordem dos Advogados do Brasil atua muito na defesa do Estado de direito, muito na defesa dos direitos humanos e ela atua, também, na questão da violência contra a mulher, mas eu tenho a impressão de que com mais dificuldades do que nos outros setores, e acho que, no Paraná, nós vamos conseguir superar isso, valorizando as advogadas que lutam contra a violência contra a mulher e militam nessa área.

Então, aproveito e agradeço a OAB por ter disposto desse espaço e à Drª Sandra, que tem se dedicado muito – eu tenho as informações.

Fico feliz, porque os movimentos todos, ligados sejam a que ideologia for, todos eles conseguiram se aglutinar em torno desse trabalho da CPMI, porque a causa é a mesma: o fim da violência contra a mulher e o fim da impunidade.

Então, essa causa unificou muito os movimentos, pelo menos, eu dou o testemunho, no meu Estado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passo a palavra para a Senadora Ana Rita, para suas palavras finais, mas antes eu queria, em primeiro lugar, lembrar que a nossa visita ao Ministro Carlos Ayres se dará no início de julho, e nós vamos pedir que os senhores e as senhoras coloquem na agenda, para que toda a CPMI possa estar presente.

Nós estamos na torcida para que, quando nós visitarmos o Presidente do Supremo Tribunal Federal, já tenha sido publicado o acórdão da decisão brilhante do Supremo em torno da derrota da inconstitucionalidade sobre a temática de que a mulher poderia abrir mão ou não, decidir a abertura de processo.

A incondicionalidade da instauração do processo foi a maior vitória que nós tivemos nesse período da Lei Maria da Penha.

Nos debates, Deputado Eduardo Azeredo, já houve juízes, nas audiências públicas, que arguiram que, como o acórdão não tinha sido publicado, eles não tinham obrigação de cumprir o texto previsto da inconstitucionalidade.

Evidentemente, a Ata já foi publicada e independe da publicação da Ata, porque foi uma decisão de fé pública, mas nós estamos na torcida para que o Supremo Tribunal Federal, até a nossa visita, tenha publicado o acórdão, para que não paire dúvida sobre essa questão.

Eu queria, em segundo lugar, dizer também que o Ministro da Justiça comemorou a aprovação, pela Câmara, do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, que, sob o ponto de vista das mulheres, é fundamental. Se sob o ponto de vista da segurança pública é muito importante, sob o ponto de vista das mulheres é fundamental, porque as informações são absolutamente controvertidas.

O conteúdo da pauta, eu gostaria que a Senadora...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Srª Presidente, só uma questão rápida, de ordem, se a Senadora permitir.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Para a nossa audiência pública do Paraná, no dia 25, nós aprovamos, em sessões anteriores, uma série de requerimentos, entre os quais tinha alguns que eram solicitação de informação do Governo do Estado do Paraná, e nós demos um prazo de 20 dias. Que eu saiba, nem todas as informações chegaram.

Eu solicito à Presidência que faça a cobrança do Governo, dizendo que o prazo já venceu, até porque nós precisamos desses dados para a nossa audiência pública.

Seria muito importante, então, esta solicitação que eu faço: que cobre do Governo que cumpra o requerimento, com o prazo dado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Ok. Com a palavra, a Senadora Ana Rita, para dar as informações sobre a nossa conversa com o Ministro da Justiça e encerrar os nossos trabalhos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Antes, eu quero ratificar o que o Deputado Rosinha está dizendo, porque, muitas vezes, as informações nos chegam com muito atraso e o objetivo de buscarmos as informações antes das audiências públicas é justamente para nos ajudar, nos instruir para a audiência pública.

Se as informações não chegam a tempo, só chegam no dia da audiência pública e, em alguns casos, pós-audiência pública, isso traz dificuldades para a CPMI e também cria um problema para o próprio Estado, porque nós temos de, depois, refazer o pedido de informação, enfim, e isso traz mais dificuldades. Então, a gente faz, aqui, um apelo, realmente, para que os Estados cumpram o seu papel.

Com relação à visita que nós fizemos, ontem, ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi uma reunião bastante proveitosa.

Toda a Mesa diretora da CPMI estava presente, mais a Deputada Rosinha, do Estado de Alagoas – além de mim, como Relatora, a Deputada Jô, como Presidente, a Deputada Keiko, como Vice-Presidente, e a Deputada Rosinha–, então, foi uma reunião bastante proveitosa.

O Ministro nos atendeu com muita disposição, fez um apanhado do que o Ministério está construindo e fazendo no sentido de enfrentar a violência no País. Ele falou de toda a situação de segurança, em nível mais geral, mas focou, também, nessa questão da violência contra a mulher. Disse que a violência contra a mulher também é uma prioridade do Ministério, falou do Sistema Nacional de Segurança, enfim, fez uma fala bem geral do que o Ministério está fazendo e se colocou inteiramente à disposição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para vir aqui, numa audiência pública específica, para poder dialogar com todos os membros da CPMI sobre as políticas de segurança que o Ministério está desenvolvendo.

Nós tivemos a oportunidade de conversar sobre a situação da mulher nos presídios femininos, de colocar para ele quais foram os problemas com que nós já nos deparamos nos Estados, com relação às Varas especializadas e a compreensão que alguns juízes têm da legislação, que é uma concepção diferenciada do que a lei prevê e isso tem trazido algumas dificuldades, inclusive na aplicação de medidas protetoras. Ele nos ouviu atentamente e se colocou à disposição para vir aqui.

Então, nós vamos acertar uma data que possa ser possível, de acordo com a agenda dele e com a nossa agenda, para que ele venha e possa fazer uma exposição das políticas que o Ministério está desenvolvendo.

Também nos falou, acho que é importante colocar aqui, Deputado Rosinha e Deputado Eduardo Azeredo, da experiência piloto que o Ministério fará no Estado de Alagoas – e, por ocasião de nossa visita ao Estado de Alagoas, o governador estava recebendo, naquele dia, a visita do Ministro –, que é uma experiência de enfrentar toda a situação de violência por que aquele Estado passa, não só com relação às mulheres, mas de um modo geral, porque, realmente, os índices de violência no Estado são muito altos. São altos com relação à mulher, mas também são altos com relação ao restante da população, então, o Governo federal fará todo um trabalho, naquele Estado, de enfretamento à situação de violência, que poderá ser replicado em outros Estados.

Então, será uma experiência importante, uma experiência piloto, num Estado que é estratégico, porque é um Estado que tem índices muito altos de violência, mas também é um Estado que não é tão grande e tem todas as condições para que essa experiência, realmente, dê certo.

Ele também nos disse isso e ficamos satisfeitas, no sentido de poder ver que o Ministro está disposto a enfrentar essa realidade.

Nós queremos ouvi-lo, com certeza. Vamos convidá-lo para estar aqui, numa agenda que não seja tão longa, num espaço tão longo, o mais rapidamente possível, para que possamos também dialogar com ele, assim como todos os membros desta Comissão, desta CPMI.

Então, era isso, Srª Presidente, que eu gostaria de informar aos colegas parlamentares aqui presentes.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e de todas, convidando-os e convidando-as para a próxima reunião, a realizar-se no dia 22 de junho, em Campo Grande.

Declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)*

*(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10horas e 43 minutos)*

Deputada Jô Moraes(PCdoB/MG)

Presidente